

HISTÓRICO REIVINDICATÓRIO FINAL DA PRSDA DO ANO DE 2015

SERVIDORES DA DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

12 de janeiro a 11 de março	Assembleias Gerais Regionais (AGRs) para deliberação, entre outras coisas, da PRSDA de 2015, na forma do seu Anexo 1 e da instituição das Comissões Regionais (CRs) e Comissão de Negociação (CN).	Providência adotada pelas regiões de (1) APUCARANA, (2) CAMPO MOURÃO, (3) CASCAVEL, (4) CORNÉLIO PROCÓPIO, (5) FRANCISCO BELTRÃO, (6) GUARAPUAVA [URS e ULSA de Laranjeiras do Sul], (7) IVAIPORÃ, (8) IRATI, (9) MARINGÁ, (10) LONDRINA, (11) PATO BRANCO, (12) PONTA GROSSA, (13) PARANAGUÁ, (14) PARANAÍ, e (15) TOLEDO, <u>com remessa dos originais das respectivas atas.</u>
16 de março	Protocolado nº 13.539.115-8 junto à direção da Adapar	Carta da Comissão de Negociação (CN), de 16 de março, referente ao envio da [primeira versão] PRSDA de 2015 na forma do Anexo 1.
14 a 22 de maio	1 ^{as} Assembleias Gerais Regionais (AGRs) para deliberação, entre outras coisas, da “paralisação geral por tempo indeterminado do funcionalismo do Estado do Paraná convocada pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES) ou qualquer outra medida equivalente”.	Providência adotada pelas regiões de (1) APUCARANA, (2) CAMPO MOURÃO, (3) CASCAVEL, (4) CORNÉLIO PROCÓPIO, (5) CDME, (6) FRANCISCO BELTRÃO, (7) GUARAPUAVA [atas recebidas apenas pelas ULSAs de Laranjeiras do Sul, Prudentópolis, Pinhão e Turvo], (8) IVAIPORÃ, (9) IRATI, (10) MARINGÁ, (11) LONDRINA, (12) PATO BRANCO, (13) PARANAGUÁ, (14) PARANAÍ e (15) TOLEDO, <u>com remessa dos originais das respectivas atas.</u>
1º a 3 de junho	2 ^{as} Assembleias Gerais Regionais (AGRs) pela deliberação, entre outras providências, do “indicativo de paralisação por tempo indeterminado dos serviços oficiais de defesa e fiscalização agropecuária do Paraná”.	Providência adotada pelas regiões de (1) APUCARANA, (2) CAMPO MOURÃO, (3) CASCAVEL, (4) CORNÉLIO PROCÓPIO, (5) CDME, (6) GUARAPUAVA, (8) IVAIPORÃ, (9) MARINGÁ, (11) LONDRINA, (12) PATO BRANCO, (13) PARANAÍ, (14) PONTA GROSSA e (15) TOLEDO, <u>com remessa dos originais das respectivas atas.</u>
9 de junho	Protocolado nº 13.642.492-0 junto à direção da Adapar.	Carta da CN, de 9 de junho, referente ao aviso de paralisação parcial por tempo indeterminado das atividades de defesa agropecuária do Paraná.
12 de junho	Protocolado nº 13.648.544-0 junto à direção da Adapar.	Carta da CN, de 12 de junho, tornando “sem efeito o teor da carta de ‘aviso de paralisação parcial por tempo indeterminado das atividades de defesa agropecuária do Paraná’”.
12 de junho	Mensagem do Gabinete da Adapar via Expresso; assunto: “Mensagem da Adapar sobre movimento de paralisação”.	“Diante dos fatos, os membros da comissão de negociação ficam convidados a tratar dos assuntos relativos aos interesses dos servidores que dizem representar, em reunião neste gabinete, no próximo dia 17 (quarta-feira), entre 08:00 e 12:00 horas, na sede desta Adapar, em Curitiba”.
17 de junho	“Ata informal da reunião com a diretoria da Adapar” lavrada pelos integrantes da Comissão de Negociação (CN) que se fizeram presentes na reunião a convite do Gabinete da Adapar.	(<i>Ipsis litteris</i>) “Aos 17 dias do mês de junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), eu (Marcio Alexandre de Castro Polido), servidor AFDA e o Sr. Antonio Caetano, servidor AFDA, juntamente com o presidente da Ataepar (Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná), João Teixeira da Cruz e o vice-presidente do Sintea-PR (Sindicato dos

		<p>Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná), Murilo Manoel dos Santos, os quais acompanharam a presente reunião, fomos recepcionados pela diretoria executiva (presidente da Adapar, Inácio Kroetz; diretor da defesa agropecuária, Adriano Rieseberg; diretor financeiro, Adalberto Valiati; chefe de gabinete, Manoel Azevedo, lista de presença em anexo, fomos convidados para discussão da Pauta de Reivindicação dos Servidores da Adapar (PRSDA 2015). <u>O Sr. Inácio, mencionou situação em que vive a defesa agropecuária do estado, situações estas, influenciadas pela ‘crise’ em que vivemos hoje. Pede compreensão e diálogo nas negociações, por ser o melhor caminho a ser seguido entre as partes. Que está disposto a ajudar a melhorar e valorizar a defesa agropecuária do Paraná, bem como a situação dos servidores que nela se encontram. Que gostou da posição dos respectivos servidores em comparecerem na reunião, mostrando assim, as ‘falhas’ que existem na defesa [...] Foi dito pelo Sr. Inácio que a nossa pauta de reivindicação era muito extensa tendo questões que pode ser resolvida administrativamente, e questões que precisa ser encaminhada para o legislativo, então propôs a desmembrarmos a pauta, dissemos que estamos de acordo, que iríamos levar a proposta para as bases, porém como isso é do nosso interesse vamos nós mesmos servidores efetuar o desmembramento com prazo para atendimento da pauta, aprova-la em assembleia do servidores, e encaminhá-la novamente junto à direção mediante novo protocolo. Nada mais a tratar eu Marcio Alexandre de Castro Polido juntamente com Antonio Caetano elaboramos a referida ata, que vai assinada por ambos, a anexo lista de presença na referida reunião”.</u> (Grifamos)</p>
3 de julho a 8 de julho	Assembleias Regionais (ARs) para aprovação da nova redação da Pauta de Reivindicações dos Servidores da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (PRSDA) de 2015	Providência adotada pelas regiões de (1) APUCARANA, (2) CASCAVEL, (3) CORNÉLIO PROCÓPIO, (4) CDME, (5) DOIS VIZINHOS, (6) FRANCISCO BELTRÃO, (7) GUARAPUAVA, (8) IVAIPORÃ, (9) MARINGÁ, (10) LONDRINA, (11) PATO BRANCO, (12) PARANAVAÍ, (13) PONTA GROSSA e (14) TOLEDO, <u>com remessa dos originais das respectivas atas.</u>
10 de julho	Protocolado nº 13.683.039-2	Carta de 10 de julho da Comissão de Negociação (CN) & Subcomissão de Negociação (SCN), a qual encaminha a PRSDA, na forma do Anexo 1, “onde as reivindicações da categoria são categorizadas entre (a) dependentes de alteração na legislação e (b) dependentes da iniciativa [da Adapar] dessa direção”.
3 de agosto	Ofício nº 319/GAB de 3 de agosto, assinado pelo Senhor Inácio Afonso Kroetz, onde se informa que “o pleito foi analisado pelo Núcleo Controle Interno em conjunto com a Diretoria Administrativa Financeira e a Diretoria de Defesa Agropecuária, conforme Informação nº 18/2015-NCI, que ora segue em anexo para conhecimento”.	Memorando nº 178-GAB de 27 de julho, assinado por Manoel Luiz de Azevedo, chefe de gabinete e Informação nº 18/2015-NCI, sem data, que trata da “Manifestação do NCI acerca do documento Pauta de Reivindicações dos Servidores da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná”, assinada por Célia Mayumi Kiriya Trentini, Núcleo Controle Interno, dando conta que: <ul style="list-style-type: none"> (i) “Não está claro ao NCI, a legalidade da Comissão e Subcomissão, enquanto grupo que recebeu a atribuição dos servidores para negociar itens de Pauta, estabelecer prazos e formas de negociação. A dúvida na

		<p>legalidade da representatividade do grupo sugere cuidados da Diretoria da Agência. [...]</p> <p>(ii) <u>Sem a necessária comprovação da legalidade da Comissão, é incerto encaminhar as reivindicações apresentadas pela Comissão para as instâncias superiores da administração pública</u>". (Grifamos)</p>
--	--	--